



Revista
Educar Mais

A ferramenta 5W2H na análise da inclusão das pessoas com deficiência visual nas escolas municipais

The 5W2H tool in analysis of the inclusion of people with visual disabilities in municipal schools

La herramienta 5W2H en el análisis de la inclusión de personas con discapacidad visual en escuelas municipales

Cíntia Beatriz Duarte Pereira¹

RESUMO

O artigo apresenta uma análise da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), da acessibilidade e da tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais utilizando a ferramenta de qualidade (FQ) 5W2H. Para isso foi necessário estudar os temas: deficiência visual, AEE, acessibilidade e tecnologia assistiva, bem como a aplicabilidade da FQ 5W2H a partir de uma metodologia qualitativa, descritiva, aplicada e bibliográfica. Os resultados mostraram, por exemplo, que o AEE é ofertado, mas com algumas limitações por conta da falta de capacitação docente na vertente inclusiva, o que reflete na dificuldade de aproveitamento dos recursos de tecnologia assistiva. A acessibilidade tem seus desafios por muitas escolas terem estruturas mais antigas, além da escassez de investimentos. O estudo ressalta a interdisciplinaridade entre administração e educação inclusiva na análise situacional como base para o planejamento de ações futuras que possam melhorar a inclusão escolar do aluno com deficiência visual.

Palavras-chave: Aluno com Deficiência visual; Escolas municipais; FQ 5W2H.

ABSTRACT

The article presents an analysis of the Specialized Educational Service (SES) offer, accessibility and for the visually impaired student in municipal schools using the 5W2H quality tool (QT) from a qualitative, descriptive, applied and bibliographic methodology. For this it was necessary to study the themes: visual impairment, ESA, accessibility and assistive technology, as well as the applicability of the QT 5W2H. The results showed, for example, that SES is offered, but with some limitations due to the lack of teacher training in the inclusive aspect, which reflects the difficulty in using assistive technology resources. Accessibility has its challenges because many schools have older structures, in addition to the scarcity of investments. The study highlights the interdisciplinarity between administration and inclusive education in situational analysis as a basis for planning future actions that can improve the school inclusion of students with visual impairment.

Keywords: Visual impairment Student; Municipal schools; QT 5W2H.

RESUMEN

El artículo presenta un análisis de la oferta de Asistencia Educativa Especializada (AEE), accesibilidad y tecnología de asistencia para alumno con discapacidad visual en escuelas municipales utilizando la herramienta de calidad (HC) 5W2H desde una metodología cualitativa, descriptiva, aplicada y bibliográfica. Para esto fue necesario estudiar los temas: discapacidad visual, AEE, accesibilidad y tecnología de asistencia, así como la aplicabilidad del HC 5W2H. Los resultados mostraron, por ejemplo, que se ofrece AEE, pero con algunas limitaciones debido a la falta de capacitación docente en el aspecto inclusivo, lo que refleja la dificultad en el uso de recursos de tecnología de asistencia. La accesibilidad tiene sus desafíos porque muchas escuelas tienen

¹ UFF - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro/RJ - Brasil.

estructuras más antiguas, además de la escasez de inversiones. El estudio destaca la interdisciplinariedad entre la administración y la educación inclusiva para el análisis situacional como base para planificar acciones futuras que pueden mejorar la inclusión escolar de los estudiantes con discapacidad visual.

Palabras clave: Alumno con Discapacidad visual; Escuelas municipales; HC 5W2H.

1. INTRODUÇÃO

A Lei n.º 13.146 de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), declara estar destinada à "assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania" (BRASIL, 2015, p.1).

Nesse mesmo documento, é ressaltado no capítulo IV, "Do direito à educação", art. 28, inciso VII, que o poder público tem a responsabilidade de "criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar" a inclusão da pessoa com deficiência (PcD) através do "planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva" (BRASIL, 2015, p.6).

Para que haja o planejamento da oferta do atendimento educacional especializado (AEE), da acessibilidade e da tecnologia assistiva, que são direitos legais da pessoa com deficiência e responsabilidade da gestão institucional das escolas municipais, é necessário cumprir uma etapa anterior chamada análise. Essa etapa compreende a observação de uma situação através da realização de perguntas sobre uma dada realidade e obtenção de respostas, compreensão dos resultados, descrição do problema e definição de estratégias de resolução (ÁVILA, 2016). Para a coleta de informações e construção da análise, utilizou-se a ferramenta de qualidade (FQ) 5W2H por ser um instrumento norteador, simples, prático e vantajoso (SILVA, 2017; ESTRADA, SILVA, FRAZZON, 2012).

Silva (2017) afirma que para cumprir a inclusão determinada pela lei e melhorá-la continuamente, o planejamento das ações dos gestores com foco em medidas administrativas tem importância fundamental, assim como a participação de professores nesse processo. Nessa linha, Mergen (2013) destaca que melhorias nas condições de acesso e no apoio pedagógico para garantir o desenvolvimento escolar provêm, outrossim, de ações administrativas da gestão.

Cabe lembrar que inclusão escolar representa a remoção das barreiras de acesso e permanência na escola através do atendimento das necessidades específicas do aluno com deficiência conforme LBI (2015). Enquadram-se, como pessoas com deficiência visual, os casos que apresentam cegueira ou baixa visão conforme definido na Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência (PNIPcD), Lei nº 3.298 de 20 de Dezembro de 1999.

Dessa forma, a pesquisa parte do contexto envolvendo como atores, os alunos com deficiência visual e as escolas municipais, na figura dos gestores, e visa se debruçar sobre a seguinte questão: As escolas municipais tem conhecimento da aplicabilidade da FQ para ajudá-las a analisar problemas na oferta do AEE, da acessibilidade, dos recursos de tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual e, posterior, planejamento de suas ações?

Sendo assim, a pesquisa tem por objetivo apresentar uma análise, tendo como base a aplicação da FQ 5W2H, no que tange à oferta do AEE, da acessibilidade e dos recursos de tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais (MERGEN, 2013).

Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: apontar os aspectos da deficiência visual; investigar sobre o AEE, acessibilidade e recursos de tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais e demonstrar a aplicabilidade da FQ 5W2H cuja eficiência permite identificar discrepâncias e deficiências na oferta desses recursos necessários à inclusão escolar do aluno com deficiência visual, auxiliando gestores em planejamentos futuros.

A pesquisa justifica-se pela relevância do tema da inclusão escolar da PcD visual nas escolas municipais e pela oportunidade de agregar, a esse processo de inclusão, o uso da FQ 5W2H, como método de análise, na tentativa de ajudar na organização, eficiência e qualidade do planejamento da gestão escolar na vertente inclusiva (MEIRELLES, 2001).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A deficiência visual

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu art. 58, define a educação especial como "a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação" (BRASIL, 1996, p. 24). Adicionalmente, a PNIPcD (1999) conceitua as deficiências reconhecidas em lei com a finalidade de garantir o direito desses indivíduos e seu pleno exercício dentro do território nacional, destacando o espaço escolar. Nesse sentido, a deficiência visual, cegueira e baixa visão, tem sua definição no art. 4º, inciso III, conforme segue:

[...] deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 1999, p.2)

Conde (2012) esclarece essa descrição técnica ao afirmar que a cegueira e a baixa visão envolvem o que a visão pode enxergar a determinada distância e a amplitude do campo de visão do indivíduo. Define o indivíduo cego como aquele que possui incompleta capacidade de enxergar ou, simplesmente, pouca percepção da luz em curta distância. No caso dos que possuem baixa visão, Gil (2000) mostra que existe uma redução significativa da visão, mas, ainda, há possibilidade de distinguir vultos e/ou enxergar objetos a curta distância.

Em ambos os casos, os alunos possuem dificuldades atreladas à deficiência durante o percurso escolar, necessitando de mecanismos apropriados para favorecer o desenvolvimento da aprendizagem como, por exemplo, o uso da escrita braille² no caso da cegueira e de ampliação das letras para aqueles que possuem baixa visão. A importância dos recursos, além de outros sistemas de apoio, foi

² Braille: Sistema de leitura e escrita constituído de pontos em relevo para cegos criado em 1825 (GIL, 2000).

disposto na LBI (2015) ao afirmar que o poder público, escolas municipais, devem planejar o AEE, a acessibilidade e os recursos de tecnologia assistiva para PcD.

2.2. O AEE, a acessibilidade e recursos de tecnologia assistiva nas escolas municipais

As escolas municipais são responsáveis pela educação fundamental, do 1º ao 9º ano, segundo art. 211, § 2º da Constituição da República Federativa do Brasil (CF,1988). Conforme a LDB (1996) e LBI (2015), os alunos com deficiência visual devem frequentar as classes regulares, sendo recomendado pela LBI (2015), que as escolas realizem o planejamento da oferta dos meios necessários ao desenvolvimento, independência e autonomia do aluno com deficiência visual. Segundo Chiavenato (2003), o planejamento enquanto ferramenta gerencial contribui para estabelecer um rumo para determinado processo, facilitando a tomada de decisões e obtenção de resultados. Nesse sentido, Estrada, Silva e Frazzon (2012) complementam que, para a efetividade desse planejamento, é fundamental realizar a análise da situação atual para identificar instabilidades ou desarmonias ao confrontar a instituição e sua realidade.

Para analisar a situação da oferta do AEE, acessibilidade e recursos de tecnologia assistiva é necessário que se compreenda seus significados e importância. O AEE tem seu respaldo, também, na LDB, art. 4.º, inciso III, e consiste em ofertar atendimento para ajudar o aluno com deficiência visual em suas dificuldades através de atividades complementares, sendo desenvolvido, juntamente, com um professor em sala de recursos multifuncionais, ou seja, que possuem recursos de informática, mobiliários e outros instrumentos adaptados com vistas a promover remoção das barreiras do aprendizado e buscar alternativas para melhorar o desenvolvimento das atividades escolares do aluno com deficiência visual (MERGEN, 2013; BRASIL, 2019).

Para viabilizar o AEE, há necessidade de recursos humanos e materiais. Os recursos humanos são representados, sobretudo, pelos professores que devem ser capacitados para educar alunos deficientes visuais, pois, geralmente, os professores relatam não estarem preparados para lidar com PcD conforme destaca Mergen (2013), tendo sido confirmado por Oliveira *et al.*(2012) ao lembrar da deficiência da formação docente. Santos (2015) afirma que tal realidade deve ser modificada através do estímulo à capacitação. Nos recursos materiais, podem-se destacar os recursos de tecnologia assistiva, ou seja, métodos, técnicas, estratégias que oportunizem melhoria funcional para o aluno em suas atividades visando promover o desenvolvimento, o aprendizado e a independência que para Silva (2017) são fundamentais na inclusão escolar. Dentro desses recursos inclui-se desde uma bengala até recursos computadorizados (GIL, 2000; CONDE, 2012; BRASIL, 2015; SILVA, 2017)

Dependendo da gradação, alunos com deficiência visual podem utilizar: o sistema de leitura e escrita em braille através das regletes³ e máquinas de escrever em braille para alunos cegos e, para os que possuem baixa visão, o uso de recursos ópticos como lupas, letras ampliadas, contraste de cores e objetos em tamanhos maiores. Aplica-se nesses casos, adicionalmente, o uso de recursos táteis como materiais texturizados, instrumentos de acessibilidade do computador e softwares computadorizados que permitem ao usuário se comunicar através de recursos de síntese de fala, oportunizando comunicação mais ampla e o uso do computador com independência (GIL, 2000; CONDE, 2012).

A acessibilidade representa o direito à remoção das barreiras arquitetônicas dos prédios e disposição adequada dos mobiliários, equipamentos e instalações como a inclusão do piso tátil e a identificação

³ Reglete: Equipamento para escrita braille similar a uma régua sob uma prancha de madeira (GIL, 2000)

em braille nos espaços de locomoção até às salas de aulas e demais ambiente, facilitando o livre acesso e permanência dos alunos nos espaços escolares (LBI, 2015). Nessa linha Deschamps (2015) afirma que os problemas de acessibilidade, ainda, são comuns sendo mais recorrente nas estruturas das escolas mais antigas.

O incentivo público promoveu um aumento expressivo do número de matrículas dos alunos com deficiência nas escolas municipais conforme revela o Censo Escolar do Ministério da Educação em 2017 (AUMENTA, 2018) e do ano de 2018 (ENSINO, 2019). No entanto, esse mesmo indicador mostra que o crescimento não foi acompanhado pela cobertura de acesso ao AEE, devido à falta de preparo dos docentes para atenderem alunos com deficiência e da acessibilidade nos espaços escolares (INCLUSÃO, 2018; AUMENTA, 2018).

Muito se fala do planejamento de ensino docente na vertente inclusiva que acaba por se limitar a sala de aula. Quando um professor chega nesse espaço, a acessibilidade e recursos devem estar disponíveis para serem aplicados na prática docente visando proporcionar melhor aprendizado dentro das propostas curriculares do curso (SILVA, 2017; LBI, 2015). Porém, existe um planejamento anterior e maior que é o planejamento institucional para se ofertar esses elementos necessários à prática de ensino docente visando viabilizar o aprendizado do aluno com deficiência visual que deve ser adaptada em cada caso conforme LBI (2015) e a análise de situações compreende a etapa anterior à realização efetiva do planejamento dos recursos necessários à inclusão escolar.

Para oportunizar o planejamento na gestão escolar, ressaltada como sendo fundamental por Silva (2017) e organizar a oferta do AEE, da acessibilidade e dos recursos de tecnologia assistiva do aluno com deficiência visual, esta pesquisa apresenta a FQ 5W2H como método de análise da situação atual de tais recursos necessários à inclusão.

2.3 A FQ 5W2H na análise da inclusão do aluno com deficiência visual

Mantoan (2015) e Silva (2017) afirmam que a inclusão escolar não será efetiva se os gestores escolares não adotarem medidas administrativas técnicas para reorganizarem as escolas municipais. Nesse sentido, Meirelles (2001), em seus estudos sobre FQ, apresenta a FQ 5W2H como um método ou técnica simples e bastante vantajosa que pode ser aplicada para a realização de análises e planos de ação de curto, médio e longo prazo, desdobrando-os até o nível operacional para alcançar efetividade nos resultados planejados.

A FQ 5W2H é construída a partir da realização de um quadro cujas colunas terão como título palavras em língua inglesa que funcionarão como expressões norteadoras do processo lógico de coleta de informações e desenvolvimento da análise de cada situação. As palavras que compõem o levantamento de dados são: What? (Qual ação deve ser realizada); Why? (Por que deve ser realizada); Who? (Quem irá realizar?); Where? (Onde será realizada?); When? (Quando será realizada?); How? (Como será executada?) e How Much? (Quanto custará a execução?). O modelo da FQ 5W2H produzida para este estudo encontra-se no quadro 1 (um) do próximo tópico (MEIRELLES, 2001, MARCOS, 2015).

Ao aplicar a FQ e obter respostas às questões acima, é possível analisar discrepâncias, divergências, deficiências que irão auxiliar na definição e ordenamento das estratégias de mudanças com vistas à alcançar a meta de ofertar, adequadamente, o AEE, a acessibilidade e os recursos de tecnologia assistiva, atendendo uma importante demanda gerada pela inclusão escolar do aluno com deficiência

visual (SILVA, 2017). Dessa forma, as escolas municipais podem melhorar o acesso e, conseqüentemente, a permanência do alunado com deficiência visual, proporcionar eficiência no aprendizado e oportunizar prática docente mais favorável.

3. MÉTODO

O percurso metodológico de um estudo é formado por métodos científicos e procedimentos técnicos e intelectuais que conduzam o pesquisador ao alcance de um determinado propósito conforme destaca Gil (2008). Sendo assim, esta pesquisa debruçou-se sobre a análise de uma situação por uma abordagem qualitativa, baseada na realidade das escolas municipais e seus gestores administrativos, utilizando a FQ 5W2H para compreender a oferta do AEE, acessibilidade e recursos de tecnologia assistiva para o aluno com deficiência visual cujo direito é especificado na LBI (2015).

Quanto aos objetivos, utilizou-se o método descritivo que permitiu detalhar a situação da oferta desses recursos através da aplicação de uma FQ. Trata-se de uma pesquisa aplicada por realizar uma análise simples e prática através da aplicação da FQ 5W2H e por ser uma contribuição que incentiva a realização de outras análises pelos gestores escolares em temas ligados à inclusão (GERHARDT, SILVEIRA, 2009).

No tocante ao procedimento, foi utilizada a revisão bibliográfica para levantamento das informações necessárias. Foram consultados livros, periódicos e legislações digitais de fonte oficiais como Instituições Educacionais e sítios eletrônicos governamentais, além de obras impressas e digitais do acervo pessoal da autora. Os descritores utilizados, de forma combinada, na pesquisa foram: deficiência visual, inclusão escolar, AEE, acessibilidade, tecnologia assistiva, escolas municipais, gestão escolar, planejamento, análise de situações e FQ 5W2H (GIL, 2008; GERHARDT, SILVEIRA, 2009).

Para a construção dos quadros da FQ 5W2H, que serão apresentados no tópico resultados e discussão deste artigo, foram determinadas três etapas sequenciais, a saber: coleta de dados, compreensão e mensuração do conteúdo e, por último, análise da situação. Na primeira etapa, coleta de dados, foram consultadas pesquisas que abordaram, de forma individual ou conjunta, a oferta do AEE, da acessibilidade e dos recursos de tecnologia assistiva no âmbito da educação inclusiva municipal, para alunos com deficiência visual, a partir das perguntas norteadoras da FQ 5W2H que estão especificadas no quadro 1(um) abaixo. Seguidamente, os dados obtidos na etapa 1 foram registrados em uma tabela informatizada cujas colunas foram denominadas de: AEE, acessibilidade e tecnologia assistiva e, nas linhas, foram registradas as perguntas formuladas no quadro 1 (um).

Quadro 1: Quadro explicativo das perguntas utilizadas na análise com base na FQ 5W2H.

FQ 5W2H		
Pergunta	Escopo	Pergunta definida na pesquisa
5W		
O quê?	Ação	O que está sendo feito com relação à oferta do AEE, da acessibilidade e da tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?
Por quê?	Razão	Por qual razão está sendo realizada essa oferta do AEE, da acessibilidade e da tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?

Quem?	Responsável	Quem é o responsável pela oferta do AEE, da acessibilidade e da tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?
Onde?	Local	Onde é realizada a oferta do AEE, da acessibilidade e da tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?
Quando?	Prazo	Quando é realizada a oferta do AEE, da acessibilidade e da tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?
2H		
Como?	Método	Qual o processo para a oferta da AEE, da acessibilidade e da tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?
Quanto?	Investimento	Quais os custos na oferta do AEE, da acessibilidade e da tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?

Fonte: a autora, 2020.

Esse registro pôde proporcionar a realização da etapa 2 (dois), compreensão e mensuração das informações coletadas, que teve a finalidade de conhecer o que os estudos observavam sobre a experiência da oferta de AEE, da acessibilidade e dos recursos de tecnologia assistiva para deficientes visuais nas escolas municipais. Com isso, na etapa 3 (três), foi possível oportunizar uma visão da situação atual da oferta desses recursos, bem como apresentar conhecimento que possa melhorar a inclusão das pessoas com deficiência visual nas escolas municipais conforme descrito no quadro 2 abaixo.

Quadro 2: Etapas básicas para a construção da FQ 5W2H

ETAPAS DE CONSTRUÇÃO DA FQ 5W2H			
Etapas	Abordagem	Fontes	Objetivo
1	Coleta de dados	Estudos científicos que respondam às questões estabelecidas no quadro 1.	Coletar dados sobre o que as pesquisas revelam no tocante à experiência da oferta do AEE, da acessibilidade e dos recursos de tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais, ou seja, o que está sendo feito, bem como os respectivos motivos, os responsáveis, a aplicabilidade em quais espaços da escola, a forma como é ofertado e sobre os investimentos na área.
2	Compreensão e mensuração da informação	Agrupamento das perguntas definidas no quadro 1 e suas respectivas respostas.	Compreender, detalhadamente, as respostas obtidas, agrupá-las para que fosse possível analisar a situação da oferta do AEE, da acessibilidade e dos recursos de tecnologia assistiva para os alunos com deficiência visual nas escolas municipais.
3	Análise	Inferir dos resultados a análise da situação atual.	Apresentar uma análise da oferta do AEE, da acessibilidade e dos recursos de tecnologia assistiva nas escolas municipais. Uma visão clara da situação atual que pode oportunizar melhorias no processo de inclusão escolar.

Fonte: a autora, 2020.

Para apresentar a análise do AEE, da acessibilidade e da tecnologia assistiva pela FQ 5W2H, foram construídos 3 (três) quadros conforme será apresentado no campo resultados e discussão da

pesquisa. As primeiras linhas apresentam, sequencialmente, o título da FQ, base para a análise, 5W2H; a situação que está sendo tratada, ou seja, a análise do AEE, da acessibilidade e dos recursos de tecnologia assistiva nas escolas municipais. Seguidamente, as perguntas foram dispostas em linhas e os itens AEE, acessibilidade e recursos de tecnologia assistiva nas colunas, seguindo o padrão da FQ 5W2H de acordo com Meirelles (2001) e Marcos (2015). De forma adicional, abaixo de cada pergunta, foi incluída uma linha denominada "Algumas referências" onde é sinalizado ao leitor as fontes que embasaram as respostas dos itens: AEE, acessibilidade e recursos tecnologia assistiva, referente a cada pergunta.

4. APLICAÇÃO

O desenvolvimento deste estudo será iniciado com um breve esclarecimento acerca dos procedimentos da coleta de dados destacados no quadro 2 (dois), "Etapas de construção da FQ 5W2H", do tópico anterior "Método". Com relação às fontes e autores escolhidos para a alimentação das informações do quadros: 3 (três), 4 (quatro) e 5 (cinco), quadros demonstrativos contendo as perguntas e respostas coletadas com base na FQ 5W2H, que encontram-se, respectivamente, no tópico análise e discussão do AEE, da acessibilidade e dos recursos de tecnologia assistiva, foi utilizado material bibliográfico variado como legislações, livros, artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso (TCC) e páginas da internet.

Para a obtenção das fontes bibliográficas foram escolhidos descritores, palavras-chave correlacionadas ao tema, conforme destacados no tópico anterior, "Método". Assim, foi possível obter o conhecimento científico necessário à compreensão do tema e apresentação de uma análise, tendo como base a aplicação da FQ 5W2H, no que tange à oferta do AEE, da acessibilidade e dos recursos de tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais.

Detalhando o embasamento científico desta pesquisa, destacam-se algumas obras: legislações nacionais publicadas por veículos governamentais, tais como: LDB (1996) e a LBI (2015), pela Casa Civil, que trouxeram embasamento legal sobre o direito à inclusão do aluno com deficiência visual através da oferta de AEE, da acessibilidade e dos recursos de tecnologia assistiva; artigos científicos publicados em congressos como o texto de Silva e Batista (2015) no Congresso Nacional de Educação (Educere); os estudos de Conde (2012) pelo Instituto Benjamim Constant (IBC) abordando a deficiência visual, suas necessidades e limitações, assim como o estudo de Gil (2000) na mesma linha.

Utilizou-se trabalhos de conclusão de curso publicados por universidades brasileiras destacando Mergen (2013) sobre a gestão escolar inclusiva no caso de alunos com deficiência visual e matérias jornalísticas como na revista digital "Exame" (2018) e no jornal "O Globo" (2018) sobre os dados, em números, das matrículas nas escolas municipais de alunos com deficiência e se estas escolas estão preparadas para recebê-los. Ainda, utilizou-se o estudo sobre inclusão escolar de Mantoan (2003) e acerca da FQ 5W2H de Meirelles (2001) pertencentes ao acervo pessoal da autora. A identificação dos autores e suas respectivas obras encontra-se no tópico "referências" deste estudo.

Sendo assim, os resultados serão aqui apresentados a partir da ilustração dos quadros 3 (três), 4 (quatro) e 5 (cinco), quadros demonstrativos contendo as perguntas e respostas coletadas com base na FQ 5W2H, que está disponível ao final do conteúdo teórico deste tópico, a saber: AEE, acessibilidade e tecnologia assistiva. Os referidos quadros tiveram, como embasamento, as perguntas disponibilizadas nos quadros 1 (um), "Quadro explicativo das perguntas utilizadas na análise com base

na FQ 5W2H" e do quadro 2 (dois), "Etapas de construção da FQ 5W2H", que se encontram no tópico "Método". Dessa forma, será possível compreender o que é observado quando se pensa na oferta do AEE, da acessibilidade e dos recursos de tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais.

Segundo a metodologia de análise de situações, após a coleta dos dados, isto é, aplicação das perguntas e obtenção das respectivas respostas, deve-se realizar uma análise das mesmas para que se possa compreender o problema que será a base para criação de futuras estratégias de melhoria, Ávila (2016). Como as respostas foram agrupadas de acordo com os temas: AEE, acessibilidade e recursos tecnologia assistiva, a apresentação dos resultados e sua discussão ocorrerá seguindo essa ordem.

4.1 Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Com relação ao que está sendo feito para ofertar o AEE nas escolas municipais, os estudos mostraram que, apesar dos esforços em implementar o AEE, nem todas as escolas conseguem organizar esse sistema, logo muitos alunos não são atendidos. Isso ocorre, sobretudo, pela falta de profissionais capacitados para lidarem com alunos que possuam deficiência (Mergen, 2013; Santos, 2015). Os próprios docentes afirmam não estarem preparados para atender alunos com deficiência visual como destacou Mergen (2013) e Oliveira *et al.* (2012). Esse detalhe foi, inclusive, observado nos resultados do Censo Escolar de 2017 e 2018 onde se verificou um aumento expressivo das matrículas de alunos com deficiência, mas nem todos os alunos conseguiam acesso ao recurso do AEE (AUMENTA, 2018; INCLUSÃO, 2018).

Quanto ao motivo da oferta do AEE, além de um direito legal, conforme LBI (2015), é importante buscar ofertar o AEE para melhorar o desenvolvimento, autonomia e qualidade da formação do aluno, uma vez que esse público necessita, por exemplo, de acordo com a gradação da deficiência, de recursos que oportunizem leitura e escrita braille, através do uso regletes, máquinas de escrever ou softwares computadorizados e da confecção de materiais táteis e texturizados como substitutos das figuras ilustrativas comuns em livros didáticos para que sejam compreendidas conforme traz Gil (2000) e Conde (2012). Isso mostra que a formação docente voltada para a inclusão vai muito além do modelo tradicional de formação de professores, pois exige capacitação específica, em cada caso, de aplicabilidade e adaptação de materiais e métodos para que seja possível o melhor desenvolvimento do aluno com deficiência visual. Santos (2015) ressalta que deve-se reforçar e persistir na ideia de capacitação docente em tempos de inclusão.

A competência do planejamento escolar para a inclusão da pessoa com deficiência em Silva (2017) e, logo, da oferta do AEE, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (CF/1988), na educação fundamental é dos municípios, ou seja prefeituras, na figura dos gestores responsáveis pelas escolas municipais, com a participação dos professores que colocam em prática os propósitos do AEE de estimular o desenvolvimento do aluno com deficiência visual, removendo as barreiras de maneira funcional.

Sá, Campos, Silva (2007) afirmam que as atividades do AEE são, comumente, realizadas nas salas de recursos multifuncionais. Tais ambientes possuem equipamentos, mobiliários e material necessário à execução das tarefas de atendimento especializado, devendo ter frequência de utilização do AEE conforme determinado pela avaliação escolar em decorrência das necessidades e limitações de cada

aluno ao longo do período letivo escolar. O aluno com deficiência visual deve ter essa disponibilidade na escola que foi destacado como uma barreira por suas limitações de oferta em Santos (2015).

No que tange aos itens de como e quanto custa ofertar o AEE, o mesmo é disponibilizado como um atendimento complementar conforme destacado em LDB (1996), Sá, Campos e Silva (2007), LBI (2015), sendo, ainda, de acordo com as dificuldades apresentadas individualmente como, por exemplo, na dificuldade da leitura para os que possuem baixa visão onde é necessário trabalhar com recurso de ampliação das fontes e de softwares computadorizados que permitam, ainda, comunicação sonora nos casos de cegueira (CONDE, 2012). Esses são os meios de trabalhar o desenvolvimento em um sentido de avançar, oferecendo recursos plausíveis ao necessário desenvolvimento do aluno com deficiência visual. Pensando em quanto custa promover o AEE, a pesquisa não se ateve a valores numéricos propriamente ditos, pois a literatura destaca, sobretudo, a necessidade de amplos investimentos na inclusão escolar do aluno com deficiência visual sem detalhar valores que acabam sendo relativos de acordo com cada escola e seu público alvo de alunos com deficiência visual.

Dessa forma, conclui-se nesse item, AEE, que existe a oferta nas escolas, porém há limitações que vão variar de uma escola para outra. Na maioria das vezes, os investimentos municipais são insuficientes para propor uma inclusão de qualidade. Por outro lado, há até recursos materiais, mas não há profissionais capacitados para utilizar de forma prática e consciente os materiais e equipamentos que a escola possui. Os professores desconhecem técnicas para adaptar o contexto ensinado à realidade do aluno com deficiência visual, como uso dos materiais disponíveis, o que, talvez, possa representar um desperdício de tais recursos. Dessa forma, ressalta-se a necessidade de treinamento do recurso humano.

Quadro 3: Quadro demonstrativo das respostas obtidas na análise da oferta do AEE pela FQ 5W2H.

FQ 5W2H			
Análise da situação atual do AEE			
Perguntas definidas na Pesquisa		Análise do AEE	Algumas Referências
5W			
O quê?	O que está sendo feito com relação á oferta do AEE para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	Implantação e organização de um sistema adequado quando possível, mas há limitações.	Silva e Batista (2015); Exame (2018) e Jornal O Globo (2018, 2019)
Por quê?	Por qual razão está sendo realizada essa oferta do AEE para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	Direito legal e a necessidade de desenvolvimento da autonomia, da independência e da qualidade na formação.	Oliveira et al. (2012); Mergen (2013); Santos (2015) e Silva e Batista (2015)
Quem?	Quem é o responsável pela oferta do AEE para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	Prefeitura, gestores e professores	CF (1988); Mantoan (2015) e Silva (2017)
Onde?	Onde é realizada a oferta do AEE para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	Sala de recursos multifuncioanais	LDB (1996), Gil (2000), LBI (2015); Conde (2012) e Bendinelli (2018)
Quando?	Quando se realiza a oferta do AEE para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	Dias e horários determinados pela escola de acordo com cada caso.	LDB(1996) e Mergen (2013)

2H			
Como?	Qual o processo para ofertar o AEE para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	Complementar a sala de aula regular	LDB(1996); Sá, Campos, Silva (2007); LBI (2015); Mantoan (2015); Santos (2015) e Bendinelli (2018).
Quanto?	Quais os custos na oferta do AEE para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	Necessita investimento	LDB (2015), Oliveira et al. (2012), Bendinelli (2018) e Revista Exame (2018)

Fonte: a autora, 2020.

4.2 Acessibilidade

No item acessibilidade, a LBI (2015) ressalta a necessidade de remoção das barreiras arquitetônicas e adaptações dos espaços, nesse sentido são incluídos elementos essenciais para a locomoção do aluno com deficiência visual, podendo-se destacar os pisos táteis, as placas ou mapas de identificação nos acessos, além da disposição de equipamentos e mobiliários nas salas de AEE e salas de aula regulares.

Com relação ao que está sendo feito para a organização e adequação da infraestrutura, foram identificados pelo Censo Escolar de 2017 (Aumenta, 2018) e do ano de 2018 (Ensino, 2019) que, ainda, há uma precarização das ações de oferta da acessibilidade, destacando-se, principalmente, as limitações nas estruturas prediais antigas de algumas escolas, demandando reformas e adaptações eventuais. Nos casos das escolas construídas mais recentemente, e em decorrência das determinações legais, já existe uma preocupação em ajustar a infraestrutura necessária segundo Deschamps (2015).

Martins (2015) destaca a necessidade de se investir na infraestrutura das escolas municipais. Moreno e Reis (2015) lembram da importância da acessibilidade ser um processo gradual e com investimento contínuo. É essa acessibilidade que dará melhores condições de acesso e torna-se um aspecto relevante para que seja possível a permanência e aprendizado com qualidade do aluno com deficiência visual. A inclusão não se limita ao processo de matrícula, engloba, também, o acesso, a formação e o encaminhamento para os níveis superiores de ensino e para a vida em sociedade desse indivíduo.

A razão das ofertas limitada da acessibilidade tem ligação com o respaldo legal quanto à remoção de barreiras arquitetônicas e viabilidade do acesso segundo (LBI, 2015). Neto (2015) destacou que existe dificuldade na expansão da acessibilidade e que isso tem correlação com a exclusividade de responsabilidade e manutenção das escolas pelas redes municipais somente. Ressalta-se, ainda, a piora nesse quadro quando se pensa nas escolas localizadas nas regiões rurais.

Sobre quem é responsável pela oferta, os dados revelaram que a responsabilidade permanece, assim como no AEE, com os municípios, prefeituras, e seus gestores escolares que observam os eventuais problemas, acionam as Secretarias de Educação competentes para apresentar as demandas com vistas a buscar meios de proporcionar espaços acessíveis para a locomoção e permanência do aluno com deficiência visual nas escolas municipais. Porém, a espera pelo atendimento às demandas pode ser um processo bastante longo, comprometendo a inclusão escolar do aluno com deficiência visual (CF,1988; LBI, 2015).

A acessibilidade deve estar presente na área da escola como um todo, pois no caso da deficiência visual há necessidade de piso tátil e disponibilização dos mapas de identificação dos ambientes facilitando a movimentação do aluno com deficiência visual para reconhecer onde está e alcançar outros destinos dentro da escola. Isso proporciona independência e autonomia, aspectos relevantes quando se pensa em educação inclusiva conforme ressaltado na LBI (2015).

Como essa acessibilidade é ofertada, os resultados mostraram que ocorre através da implementação dos espaços funcionais destacados na LBI (2015) e recursos acessíveis, como os de informática, lembrados por Sá, Campos e Silva (2007), para atender a coletividade de alunos com deficiência visual na escola, pois esse ambiente é um espaço de todos. Para isso, o apoio das Secretarias de Educação é fundamental na organização, desenvolvimento e manutenção do ensino municipal conforme afirma Santos (2015). Ofertar acessibilidade demanda investimentos, pois cabe ao poder público disponibilizá-los com uma frequência contínua. Obviamente que o investimento é determinante, norteador e condição fundamental nesse contexto para Poulin, 2018.

Escolas municipais com ambientes acessíveis promovem qualidade no acesso que refletem na melhoria do aprendizado e do desempenho escolar, pois o aluno deseja ir à escola e a família sente-se segura por deixá-lo numa escola preparada para recebê-lo e, assim, é possível realizar um processo de inclusão escolar.

Quadro 4: Quadro demonstrativo das respostas obtidas na análise da oferta da acessibilidade pela FQ 5W2H

FQ 5W2H			
Análise da situação atual da acessibilidade			
Perguntas definidas na Pesquisa		Análise da acessibilidade	Algumas Referências
5W			
O quê?	O que está sendo feito com relação à oferta da acessibilidade para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	Reformas e adequações em alguns casos. Estruturas novas já adaptadas.	Moreno e Reis (2015); Santos (2015) e Jornal O Globo (2018, 2019)
Por quê?	Por qual razão está sendo realizada essa oferta de acessibilidade para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	Direito legal à acessibilidade no local da escola e melhor apoio ao alunado em sua locomoção na escola.	LBI (2015); Moreno e Reis (2015); Deschamps (2015); Mantoan (2015) e Jornal O Globo (2018, 2019)
Quem?	Quem é o responsável pela oferta da acessibilidade para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	Prefeitura, gestores e professores	LDB (1996); LBI (2015); Mantoan (2015); Neto (2015) e Poulin (2018)
Onde?	Onde é realizada a oferta da acessibilidade para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	Acessos às áreas da escola, sala de recursos e sala de aula	LBI(2015) e Jornal O Globo (2018, 2019)
Quando?	Quando se realiza a oferta de acessibilidade para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	Continuamente	LBI(2015) e Silva e Batista (2015)

2H			
Como?	Qual o processo para ofertar a acessibilidade para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	Implementação de espaços acessíveis	LBI(2015); Mantoan (2015); Martins (2015) e Moreno e Reis (2015).
Quanto?	Quais os custos na oferta da acessibilidade para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	Necessita investimento	LBI (2015), Martins (2015), Deschamps (2015) e Moreno e Reis (2015).

Fonte: a autora, 2020.

4.3 Tecnologia Assistiva

No caso dos recursos de apoio à tecnologia assistiva, cuja importância é favorecer e facilitar o aprendizado do aluno com deficiência visual e tornar eficiente a prática docente, as escolas ofertam instrumentos e materiais que apoiam o trabalho de desenvolvimento escolar e melhoria funcional do aluno com deficiência visual. Igualmente ao AEE e a acessibilidade, as escolas oferecem esse recurso, havendo limitações e peculiaridades de acordo com cada realidade. Isso deve-se à falta de materiais, condições de trabalho e capacitação dos professores lembrados em Silva e Batista (2015) e relatados, ainda, no campo AEE deste estudo. Para haver AEE, os recursos de tecnologia assistiva são relevantes.

Por utilizar tecnologias e diversos materiais, a falta desses recursos acaba por impactar o trabalho docente na realização das atividades escolares dos alunos que fica prejudicada. E quando há recursos disponíveis, a capacitação para utilizá-los torna-se um impasse. A razão para a oferta dos recursos de tecnologia assistiva, assim como AEE e acessibilidade, tem respaldo na LDB (1996) e LBI (2015), bem como no conhecimento da necessidade desse suporte para apoio no desenvolvimento escolar de maneira funcional (CONDE, 2012, GIL, 2000).

Utilizar máquina de escrita em braille no aprendizado do aluno com deficiência visual foi sinalizada por Gil (2000), Conde (2012) e Bendinelli (2018) como imprescindível e é um exemplo da necessidade de estudo, prática e domínio de uma linguagem única pelos professores da educação inclusiva. Bendinelli (2018) e Gil (2000) lembram que é importante a criação de alternativas de adaptação de materiais didáticos como os texturizados, por exemplo, que permitem a compreensão dos conteúdos através do toque sobre uma figura em alto relevo, traduzindo as imagens dos livros didáticos tradicionais que não são possíveis de serem interpretadas por conta das limitações da deficiência. O tato para o aluno com deficiência visual é elemento essencial para analisar e conhecer um objeto detalhadamente (Gil, 2000).

Se a formação docente deficiente é reconhecida como um impasse na educação inclusiva Oliveira *et al.* (2012), certamente, a utilização desses recursos de tecnologia assistiva, que dependem de técnicas para utilização, ou sua produção, não é aproveitada. Essas dificuldades só corroboram a importância do estímulo à capacitação docente bem destacada por Santos (2015).

Igualmente à oferta da acessibilidade e do AEE, municípios, prefeituras, gestores escolares são os responsáveis na obtenção e produção do material e das ferramentas necessárias à inclusão. Os docentes se mantêm vinculados à disponibilização dos recursos de tecnologia assistiva na prática diária das atividades de desenvolvimento e aprendizado do aluno com deficiência visual enquanto os gestores, somente, promovem a disponibilização (CF,1988; MERGEN (2013); LBI, 2015).

A tecnologia assistiva pode ser usada quando for necessário promover o desenvolvimento do aluno para que ele alcance melhoria no desempenho das funções mais limitadas sendo feita de maneira individualizada conforme destacado na LDB (1996) e LBI (2015) ao se referir ao planejamento dos recursos AEE, acessibilidade e tecnologia assistiva de acordo com cada caso, sendo aplicada nos espaços da sala de aula e da sala de recursos multifuncionais sempre que necessário ao desenvolvimento educacional e funcional desse aluno. Para a melhor disponibilização dos materiais e equipamentos reforça-se, mais uma vez, a necessidade de investimento como a base para essa conquista e a concretização da inclusão qualitativa uma vez que este estudo não se aprofundou em valores numéricos nesse sentido (POULIN, 2018).

Quadro 5: Quadro demonstrativo das respostas obtidas na análise da oferta da tecnologia assistiva pela FQ 5W2H.

FQ 5W2H			
Análise da situação atual da tecnologia assistiva			
Perguntas definidas na Pesquisa		Análise da tecnologia assistiva	Algumas Referências
5W			
O quê?	O que está sendo feito com relação à oferta da tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	Disponibilização e adaptação de recursos. Há limitações.	Silva e Batista(2015) Santos (2015)
Por quê?	Por qual razão está sendo realizada essa oferta de tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	Direito legal ao recurso de tecnologia assistiva para o desenvolvimento escolar funcional do alunado com deficiência visual.	LBI (2015); Moreno e Reis (2015) e revista Exame (2018)
Quem?	Quem é o responsável pela oferta da tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	Prefeitura, professores gestores	Mantoan(2015) Nogueira (2015) e Silva (2017)
Onde?	Onde é realizada a oferta da tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	Sala de recursos e sala de aula	Gil (2000); Conde (2012) e Bendinelli (2018)
Quando?	Quando se realiza a oferta de tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	Quando necessário ao aprendizado	LBI (2015) e Silva e Batista (2015)
2H			
Como?	Qual o processo para ofertar a tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	De forma complementar a sala de aula regular	LDB (1996); LBI (2015); Mantoan (2015) Santos (2015) e Bendinelli (2018)
Quanto?	Quais os custos na oferta da tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais?	Necessita investimento	LBI (2015), Revista Exame (2018)e Bendinelli (2018)

Fonte: a autora, 2020.

De forma global, os resultados mostraram que é um desafio fazer inclusão tendo em vista, sobretudo, a falta de capacitação docente, Mergen (2013), Oliveira et al. (2012) e Santos (2015), e recursos escassos para investimento na adaptação escolar, Poulin (2018), que significa tornar o espaço acessível à locomoção e adquirir equipamentos, tecnologia e materiais para compor as salas de recursos multifuncionais, embora, ao mesmo tempo, comemore-se a expansão do acesso.

Mantoan (2015) e Silva (2017) declaram que a efetividade da inclusão está atrelada a mudanças administrativas na gestão. Nesse sentido, a análise realizada representa um importante mapeamento, trazendo um problema, o que está sendo feito para sua oferta, seus motivos, os responsáveis, assim como o local, o momento, de que maneira e qual o custo para a promoção desses recursos essenciais à educação inclusiva através da praticidade da FQ 5W2H de Meirelles (2001). Por ser um recurso gerencial, a análise é a base para a criação de estratégias que possam oportunizar mudanças através do planejamento de ações.

Estratégias simples podem mudar essa realidade como a participação dos professores em cursos, palestras e congressos sobre o tema ou, ainda, a promoção, na própria escola, de projetos e eventos com profissionais da área. Pode-se, adicionalmente, aproveitar e gerar na escola uma rede de troca experiências e produção de conteúdo num trabalho cooperativo entre os docentes segundo Poulin (2018). O apoio das secretárias de educação na organização, desenvolvimento e manutenção do ensino inclusivo, público, gratuito e de qualidade é fundamental. Isso proporcionará um AEE com qualidade de acordo com as necessidades da deficiência e o aproveitamento adequado dos recursos de tecnologia assistiva que as escolas dispõem e possam, ainda, receber. Para a acessibilidade, é relevante observar os espaços e o que pode ser adaptado sem grandes investimentos, criando caminhos alternativos para driblar a falta de recursos devendo ser planejado de acordo com a realidade de cada escola e de seu alunado com deficiência visual.

Nogueira (2015) diz que os órgãos responsáveis necessitam resolver problemas de agendas anteriores e, ainda, construir uma nova agenda que atenda, realmente, essas demandas e ressalta o quanto a educação inclusiva é desafiadora, pois as escolas possuem dificuldades em obter o básico, o que dizer de recursos tão específicos levando em conta que existem outras deficiências a serem atendidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa alcançou seu objetivo ao realizar um análise da oferta do AEE, da acessibilidade e dos recursos de tecnologia assistiva para alunos com deficiência visual nas escolas municipais com base na FQ 5W2H. Foi possível perceber que há falta de intercâmbio entre os temas da inclusão escolar e a aplicabilidade de FQ com foco na realização de análises de problemas que contribuam para futuros planejamentos de melhorias nesse contexto. Cabe ressaltar que já se destacam alguns estudos entrelaçando a gestão escolar e a importância da melhoria da qualidade administrativa para aperfeiçoar a inclusão escolar.

O resultado mostrou que apesar da ampliação do acesso às escolas municipais do aluno com deficiência visual, a oferta dos recursos necessários à inclusão, não acompanham o aumento das matrículas, ou seja, há enfrentamento de problemas como falta de professores capacitados para o AEE, barreiras na infraestrutura física e material, ou seja, acessibilidade, assim como na oferta dos recursos de tecnologia assistiva que permitam ampliar o acesso e permanência desse aluno.

A abordagem temática tem sua relevância por mostrar a aplicação de uma FQ na análise de situação vinculada à gestão da inclusão escolar. Dessa forma, o estudo trouxe o conhecimento e a aplicabilidade da FQ 5W2H para analisar uma situação, identificar divergências discrepâncias e deficiências, descrever problemas, pensar soluções, realizar planejamentos de ações. Em virtude dos estudos escassos acerca da aplicabilidade da FQ na gestão escolar inclusiva, a pesquisa deixa várias lacunas para futuros estudos como, por exemplo, a realização de análise da oferta de recursos de AEE, acessibilidade e tecnologia assistiva para alunos com deficiências: física, deficiência auditiva, mental e múltipla ou, ainda, a proposta de um planejamento de melhoria desses recursos através do norteamento da própria FQ 5W2H visando o aprimoramento da gestão escolar e o avanço no aprendizado do aluno com deficiência visual.

6. REFERÊNCIAS

AUMENTA inclusão de alunos com deficiência, mas escolas não têm estrutura para recebê-los.

Jornal O Globo, Rio de Janeiro, ano 2018, P. 12, 31 jan. 2018. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/aumenta-inclusao-de-alunos-com-deficiencia-mas-escolas-nao-tem-estrutura-para-recebe-los-22348736>. Acesso em: 12 jan. 2020.

ÁVILA, Rafael. O que é e como fazer uma análise empresarial. **Blog Luz planilhas empresariais**. 01 mar. 2016. Disponível em: <https://blog.luz.vc/como-fazer/o-que-e-e-como-fazer-um-diagnostico-empresarial/>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BENDINELLI, Rosanna C. Atendimento educacional especializado: pressupostos e desafios. **Diversa - educação inclusiva na prática**. Instituto Rodrigo Mendes. Publicado em 06 mar. 2018. Disponível em <https://diversa.org.br/artigos/atendimento-educacional-especializado-pressupostos-desafios/>. Acesso em 31.03.2020

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Presidência da República, Casa Civil**. Distrito Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 de mar. 2020.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidência da República, Casa Civil**. Distrito Federal. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 18 dez. 2019.

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Presidência da República, Casa Civil**. Distrito Federal, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 07 dez. 2019.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Presidência da República, Casa Civil**. Distrito Federal, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 07 dez. 2019.

ENSINO médio dobra matrículas de alunos com deficiência em cinco anos. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, ano 2019, p. 12, 31 jan. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/ensino-medio-dobra-matriculas-de-alunos-com-deficiencia-em-cinco-anos-23416402>. Acesso em 13 Jan. 2020.

- CONDE, Antônio J. M. **Definição de cegueira e baixa visão.** Rio de Janeiro: Instituto Benjamim Constant, 2012. Disponível em: http://www.ibr.gov.br/images/conteudo/AREAS_ESPECIAIS/CEGUEIRA_E_BAIXA_VISAO/ARTIGOS/Def-de-cegueira-e-baixa-viso.pdf. Acesso em: 18 dez. 2019.
- ESTRADA, Rolando J. S.; SILVA, Rodrigo B.; FRAZZON, Lorenzo S. O Análise Empresarial Como Suporte Ao Planejamento Estratégico. **ENEGEP** - XXXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Bento Gonçalves, RS, out. 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/2077455-O-diagnostico-empresarial-como-suporte-ao-planejamento-estrategico.Htm> Acessado em 31 mar. 2020.
- GIL, Maria (Org.). **Deficiência visual.** Cadernos da TV escola. Ministério da Educação. Distrito Federal, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/deficienciavisual.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.
- INCLUSÃO de pessoas com deficiência chegou a 90,9% em 2017, mas escolas não têm atendimento especializado. **Revista Exame**, São Paulo, ano 2018, P. 1, 20 dez. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/inclusao-de-pessoas-com-deficiencia-chegou-a-909-em-2017-mas-escolas-nao-tem-atendimento-especializado/>. Acesso em: 12 ja. 2020.
- MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. Coleção Cotidiano Escolar. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%A983O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907>. Acesso em: 18 dez. 2019
- MEIRELLES, Manuel. **Ferramentas administrativas para identificar, observar e analisar problemas. Organizações com foco no cliente.** Série excelência empresarial, v.2. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.
- MERGEN, Edimara V. D. **A gestão escolar na inclusão de estudantes com deficiência visual.** 2013, 46 páginas. Trabalho de conclusão de curso. Especialização Lato Sensu em Gestão Educacional. Universidade Federal de Santa Maria. Sobradinho, RS, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/617/Mergen_Edimara_Veridiana_Dries.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 07 dez. 2019.
- MORENO, Ana Carolina; REIS, Thiago. A escola acessível (ou não). **Especiais G1**, Educação, 18 ago. 2015. Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/educacao/2015/censo-escolar-2014/a-escola-acessivel-ou-nao.html>. Acesso em: 17 jan. 2020.
- OLIVEIRA et al., Elizângela de Souza. Inclusão social: professores preparados ou não. **Polêmica**, v.11, n.2, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/3103/2224>. Acesso em 30 mar. 2020.
- SÁ, Elizabet Dias de; CAMPOS, Izilda Maria de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual.** Gráfica e Editora Cromos: Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf. Acesso em: 09 de julho de 2012.
- SANTOS, Vagna N. **O processo de inclusão de alunos com deficiência visual: um estudo em uma escola pública da comunidade de pindorama Iuíú-Bahia.** Monografia do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão escolar – UNB/UAB. Brasília, 2015. Disponível em:

http://bdm.unb.br/bitstream/10483/15464/1/2015_VagnaNogueiraDosSantos_tcc.pdf. Acesso em: 12 jan. 2020.

SILVA, Jardiene M. S. da; BATISTA, Maria T. De O. A tecnologia assistiva e o AEE para alunos com deficiência do município de vitória de Santo Antão – PE. **Educere – XII Congresso Nacional de Educação**, 26 a 29 out. 2015 – Paraná, PR, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22075_9793.pdf. Acesso em: 15 jan. 2020.

SILVA, Oscar C. da. **O planejamento escolar e sua importância para o processo de inclusão integração com pessoas com necessidades especiais**. Uniesp S.A. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170411123749.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

Submissão: 20/07/2020

Aceito: 23/09/2020